

**Nota à imprensa:
AEEL repudia o “barraco” na eleição para o Conselho de Administração da Eletrobras.**



A AEEL, na condição de acionista minoritária e entidade representativa de trabalhadores/as, vem a público apresentar sua perplexidade com o baixo nível do debate sobre temas de governança da Eletrobras assim como das publicações oficiais da empresa sobre a eleição para o Conselho.

Em 27/04, vimos um comunicado ao mercado de 44 páginas para explicar advertências da companhia ao conselheiro Marcelo Gasparino, publicação essa, posterior às peças de propaganda feitas pelo Vicente Falconi para legitimar os seus indicados. Nesse clima de “pelada de várzea”, quem perde são os trabalhadores e a sociedade.

Não temos relação com nenhum dos conselheiros e é digno de nota que todos estiveram juntos quanto criaram o projeto “chapão” (Comunicado ao Mercado de 19 de junho de 2022) e trabalharam para prorrogar o mandato do atual colegiado (que esteve junto com o governo Bolsonaro ao longo de todo o processo de privatização da empresa) até 2025, influenciando para que o governo Lula, democraticamente eleito, não pudesse indicar integrantes ao Conselho na eleição que deveria ter ocorrido em abril de 2023.

Vimos o mesmo grupo se unir para acabar com a vaga legítima do representante dos empregados no Conselho de Administração, prática comum em diversos países desenvolvidos como Alemanha, França, Noruega, Dinamarca, dentre outros. A vaga que era do representante dos empregados foi repassada para mais uma integrante do grupo que controla a Eletrobras.

Porém, não nos causa estranheza as alegações do conselheiro Gasparino. Vimos no dia a dia, o conselheiro Pedro Batista se confundir com o papel do CEO, haja vista que controla o Comitê de Estratégia e o Comitê de Pessoas como plataformas de exercício do papel de um verdadeiro executivo, e não de um conselheiro. Nos encontros com os gerentes da Eletrobras é comum o CEO da empresa “terceirizar” o seu discurso para o conselheiro Pedro Batista, que dita o rumo da empresa para as principais lideranças, participa de todas as festividades promovidas pela Eletrobras para os empregados, assim como, de tempos em tempos, “tira e põe” executivos.

Em diversas ocasiões, o próprio Ivan deixou claro que foi convidado por Pedro Batista para um projeto de dez anos. Da mesma forma que o conselheiro Falconi deixou público que Pedro Batista pediu para ele “*não pendurar as chuteiras, colocar o uniforme e ir para o campo*”. Adicionalmente, em indicações passadas ao CA, vemos o próprio Pedro Batista assinar as indicações de Filipe Dias através do fundo Maliko Investments LLC (Aviso aos Acionistas de 02 de abril de 2019 e Aviso aos Acionista de 17 de março de 2021, disponível no site da empresa). Ou seja, existe uma enorme reciprocidade entre um determinado grupo de conselheiros, como alega Marcelo Gasparino.

Não precisa estar dentro do Conselho para respaldar parte das alegações do conselheiro Gasparino de que o CA da Eletrobras está se tornando “um samba de uma nota só”. Com o veto ao assento do representante dos empregados, o CA da Eletrobras está cada vez monocromático, monossilábico e avesso a pluralidade.

Aproveitamos para deixar claro que os indicados pelo Governo representam o governo e não tem relações com os empregados. O Governo em nenhum momento se dispôs a ceder uma das vagas para eleições de representantes dos empregados, como preconizado pela Lei 12.353/2010 para as empresas controladas pela União.

Ademais, entre indicados do Governo, vemos o antigo presidente da EPE, Maurício Tolmasquim, que sempre batalhou para que a Eletrobras tivesse redução da sua sustentabilidade econômica financeira, através da modelagem pela EPE de leilões reversos com preços tetos baixos, cronogramas inexecutáveis e penalidades excessivamente elevadas para atrasos de obras (muitas vezes causadas por questões fundiárias e ambientais), que subsidiou o MME na criação do regime de cotas com perda abrupta de receita da Eletrobras a partir de 2013 (ano que a empresa estava alavancada com projetos estruturantes como Santo Antônio, Jirau, Belo Monte e diversas SPEs e teve um grave problema de caixa), além de árduo defensor da redução do protagonismo da Eletrobras no setor elétrico brasileiro.

Esperamos que agora no CA, os conselheiros do governo estejam abertos a dialogar com os empregados para entender os problemas e desafios da empresa.

Por fim, defendemos que o CA seja um espaço de discussão de ideias e caminhos para a empresa e não somente um *locus* em que um pequeno grupo implante sua agenda.

As entidades continuarão se posicionando sobre temas importantes para o conjunto de empregados, com coragem, conhecimento técnico e tempestividade.

**Rio de Janeiro, 28 de abril de 2025.
Associação dos Empregados da Eletrobras - AEEL.**